

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

VOZES DO SILÊNCIO: AS INTELLECTUAIS MARIA EUGÊNIA CELSO E ANNA AMÉLIA DE QUEIROZ NO IHOP (1931)*Jussara Duarte Soares Dias¹*

RESUMO: Maria Eugênia Celso (1886-1963) e Anna Amélia de Queiroz (1896-1971), atuaram em diferentes movimentos intelectuais, sociais e culturais no início do século XX e se tornaram sócias do Instituto Histórico de Ouro Preto – IHOP, em 1931. O objetivo central deste artigo é através da perspectiva da História das Mulheres e da teoria feminista, acionando principalmente a categoria epistemicídio, analisar suas atuações que as levaram a integrar o Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP). Para tanto, utilizamos como fontes jornais da época e seus discursos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1928. A proposta é demonstrar que, mesmo com todas as amarras, duas mulheres intelectuais brasileiras ocuparam espaços e transitaram entre instituições, associações e federações em um universo majoritariamente masculino. Para tanto, recuperamos brevemente a trajetória e o ativismo político e intelectual de Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz.

PALAVRAS-CHAVE: epistemicídio, Instituto Histórico de Ouro Preto - IHOP, Maria Eugênia Celso, Anna Amélia de Queiroz, patrimônio cultural

VOICES OF SILENCE: THE INTELLECTUALS MARIA EUGÊNIA CELSO AND ANNA AMÉLIA DE QUEIROZ AT IHOP (1931)

ABSTRACT: Maria Eugênia Celso (1886-1963) and Anna Amélia de Queiroz (1896-1971) worked in different intellectual, social and cultural movements at the beginning of the 20th century and became partners of the Historical Institute of Ouro Preto – IHOP, in 1931. The main objective of this article is, through the perspective of Women's History and feminist theory, activating mainly the epistemicide category, to analyze their actions that led them to integrate the Historical Institute of Ouro Preto (IHOP). To do so, we use as sources newspapers of the time and their speeches published in the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), in 1928. The proposal is to demonstrate that, even with all the constraints, two Brazilian intellectual women occupied spaces and moved between institutions, associations, and federations in a predominantly male universe. For that, we briefly recover the political and intellectual trajectory and activism of Maria Eugênia Celso and Anna Amélia de Queiroz.

KEYWORDS: epistemicide, Historical Institute of Ouro Preto – IHOP, Maria Eugênia Celso, Anna Amélia de Queiroz, cultural heritage.

Tudo à mulher, pela mulher!²

Ao analisar as narrativas históricas produzidas por membros sócios do Instituto Histórico de Ouro Preto (1931-1954) para a tese de doutorado³, o silêncio das vozes femininas

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. A autora estuda questões relacionadas ao patrimônio cultural, a história e a historiografia. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através da Bolsa de Demanda Social. Contato: jussara.restauero@gmail.com

² CELSO, Maria Eugenia. Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em < <http://lhs.unb.br/bertha/wp-content/uploads/2013/02/OUTUBRODE-1934.pdf>>

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

se fazia ensurdecedor. No meu “lugar de fala” (RIBEIRO,2017) como mulher, branca pobre, mãe, professora e acadêmica, questionei-me e por vezes fui questionada sobre onde ecoavam essas vozes. Seguindo pela perspectiva feminista, o presente artigo buscou pela reparação histórica, onde as trajetórias de Maria Eugênia Celso (1886-1963) e Anna Amélia de Queiroz (1896-1971), duas mulheres brancas, intelectuais, feministas e ativistas brasileiras estão no centro do debate.

História das mulheres e o movimento feminista

Na literatura feminista é consensual que a História até um passado recente era um campo com grandes limitações e, por isso, cheio de lacunas. Por séculos, foi epistemologicamente construída de forma a satisfazer interesses do gênero masculino, dos mitos do passado. Não havia história das mulheres, a elas não era permitido o protagonismo, assim como não havia o “ofício de historiadoras” (PERROT, 2010,p.197). O *ofício do historiador* era um ofício de homens que “escreviam a história no masculino” (PERROT, 2010, p.197). A eles cabiam o fazer histórico, pois, era o homem o “sujeito universal” (PERROT, 2010, p.197).

Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligência os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres- piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História! (PERROT, 2010, p.185)

Negava-se às mulheres além da participação na História, de fazer e estar, o direito de ocuparem espaços públicos, principalmente no campo político. Vale aqui destacar que até a década de 1930 ainda não nos era permitido votar, sendo hoje um direito das mulheres duramente conquistado, com a contribuição das nossas protagonistas.

Michelle Perrot, historiadora e militante do movimento feminista francês, em seu célebre livro “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros”, expôs a trajetória dos estudos da história das mulheres na França, verticalizando sua pesquisa no século XIX. Para ela, o século XIX na Europa foi crucial para uma mudança das relações do poder feminino, uma vez que foi neste período que foram fundadas instituições e espaços políticos alinhados à estrutura dominante masculina excluindo, de fato, as mulheres.

³ A tese intitulada “Quem não amar o passado, não entre”. O Instituto Histórico de Ouro Preto e o patrimônio cultural (1931-1954) está sendo desenvolvida pela autora, junto ao PPGH - UNIRIO, na linha Patrimônio, Ensino de História e Historiografia.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

Há o caso em que a exclusão das mulheres do poder político ocorre pura e simplesmente; há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativa ou compensações, e outros ainda onde ela se dá em graus variados. Seria preciso examinar e comparar teorias e práticas (...). As mulheres e a política: é ainda um vasto campo de reflexão para nossos esforços conjuntos (PERROT, 2010, p.182).

Mesmo destacando muitas variantes, a historiadora apontou as possíveis causas dessa organização política centrada no gênero masculino, nos “homens viris”. Para ela, as teorias defendidas na época como o naturalismo, o positivismo, a economia doméstica e o modelo no qual se alfabetizavam as mulheres, contribuíram de forma significativa para esse processo de apagamento e marginalização.

Concomitantemente, na Europa, a História se tornou uma ciência, contribuindo para a formação dos Estados Nacionais. Logo, os célebres escolhidos para sua representação foram nomes de intelectuais brancos, europeus, da elite que possuíam suas narrativas contadas, documentadas e arquivadas. Com sua disciplinarização, a fonte histórica ficou limitada nos documentos escritos. Aqueles que sabiam ler e escrever foram privilegiados e construíram suas narrativas de forma hegemônica e excludente. Esta História marginalizou e ocultou a presença das mulheres em todo o processo. Mas não apenas das mulheres, também de operários, negros, indígenas, prisioneiros e de brancos pobres.

Uma das causas dessa exclusão histórica das mulheres também foi analisada pela filósofa Sueli Carneiro (2005) e pela escritora e artista contemporânea Grada Kilomba (2019). Segundo essas estudiosas, o epistemicídio assinala o crime cometido contra a produção de conhecimento de intelectuais do gênero feminino. Em sua tese de doutorado intitulada “A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser” (2005), Sueli Carneiro defendeu a premissa de que o epistemicídio é o resultado da articulação entre racionalidade e biopoder e “constituiu-se num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial” (CARNEIRO, 2005, p.96). Ocultando a presença de mulheres na História, o epistemicídio criou mecanismos estruturais fazendo com que até hoje a produção de conhecimento continue privilegiando os mitos do passado.

A portuguesa Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, comenta a questão apresentada pela indiana Gayatri C. Spivak (1995) em “Pode a subalterna falar?”⁴ (KILOMBA, 2018. p.47). Ela destaca não o falar no seu sentido físico, mas, considerando a posição de quem se fala e no espaço em que a fala é colocada.

⁴ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. eds. *The Post-Colonial Studies Reader*. London, Routledge, 1995. N.E.

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

Através de suas análises, observa-se que as vozes são recebidas de diferentes formas e, muitas vezes, dependendo de quem se fala a voz não é sequer ouvida, principalmente por aqueles que estão no poder.

Seguindo por essa premissa, Kilomba verticaliza e questiona as formas de linguagens construídas e naturalizadas pelo mundo acadêmico. Por meio de sua reflexão, é possível, ao menos, reconhecer que os grupos dominantes constituídos por europeus, homens e brancos, são historicamente responsáveis por determinar o que é o saber, a ciência, a erudição e, principalmente, quem pode fazê-la, perpetuando assim dogmas conservadores. As estruturas de poder, não dão voz e nem criam espaços para que as vozes sejam ouvidas. (KILOMBA, 2018. p.48).

Tanto no passado como no presente, as vozes e narrativas aceitas estão intimamente relacionadas ao poder. Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz, ao que tudo indica, eram mulheres brancas pertencentes à elite intelectual da época e, de acordo com a historiadora Gabriela Correa da Silva, elas “estavam prontas para narrar a história do ponto de vista de sua classe social, onde a heroína indígena era aquela que havia defendido os valores dos brancos, a princesa Isabel era o expoente entre as mulheres brasileiras, e a cultura associadas aos brancos era lida como superior” (SILVA, 2018, p.69).

Buscamos suas ações na História, destacando posições adotadas, a rede de sociabilidade⁵ construída e a relação delas com associações, institutos e associações. Vale aqui desatacar que o local de privilégio do qual elas falavam, facilitou a circulação entre a intelectualidade e os meios sociais da época, fazendo com que suas vozes fossem ouvidas. Contudo, também não as poupou de permanecerem por algum tempo nas margens da História..... colocar as estudiosas, seus acervos disponíveis.....

Os Institutos Históricos no Brasil e as mulheres

No Brasil, segundo a historiadora Margareth Rago (1995) em seu artigo “As mulheres na Historiografia Brasileira”, a inclusão das mulheres na construção das narrativas históricas acompanhou o movimento feminista. Na década de 1960 com o alargamento da história em história social “até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas” (RAGO, 1995, p.81) que,

⁵ SIRINELLI, J. F. (2003). Os intelectuais. In R. Rémond. *Por uma história política* (p.231-269). Rio de Janeiro, RJ: FGV/UFRJ.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

de fato, publicaram-se os primeiros estudos historiográficos produzidos por historiadoras brasileiras. Neste período, preocuparam-se sistematicamente com as premissas epistemológicas ligadas ao gênero feminino. Pois, até então era:

Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção (RAGO, 1995, p.81).

Os estudos historiográficos feministas publicados, demonstraram a presença de mulheres “como agente de transformação” (RAGO, 1995, p.83), que se movimentaram para mudar a estrutura de poder ainda na década de 1920 e 1930. Contextualizando, analisando e inserindo as mulheres no tempo e no espaço, historiadoras analisaram como mulheres do início do século XX se articularam, escreveram e foram agentes de transformação social e *sujeitas ativas* na História.

Ao retomar a década de 1930, período também de fundação do Instituto Histórico de Ouro (1931), encontramos esse ambiente ainda inóspito para a grande maioria das mulheres. A elas ainda era negado frequentar lugares públicos e tantos outros ‘nãos’ que muitas se tornavam reféns da estrutura patriarcal construída. Mas muitas também conseguiram se movimentar! Destaca-se aqui o fato de que também neste período no Brasil, diferentes instituições foram criadas, tais como o IBGE, IPHAN, dentre outros.

Diferentes instituições, mas que objetivaram algo em comum: a criação de uma “comunidade imaginada” do Estado Nacional brasileiro. Para isso, insistiram em perpetuar as grandes narrativas históricas, homogêneas, construídas através de uma perspectiva europeia, herdeiras do IHGB ainda do século XIX, bem aos moldes positivistas. Essas narrativas eram constantemente publicadas pela imprensa, influenciando o imaginário social da época. Em linhas gerais, no Brasil na década de 1930 eram homens brancos, memorialistas, magistrados, juristas, políticos, médicos e jornalistas que exerciam o *ofício de historiador*, selecionando o passado, narrando e difundindo os processos históricos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB – fundado em 1838, foi o instituto responsável por guiar as primeiras narrativas e construir a nossa História por quase um século. Pode-se inferir que ele contribuiu para a formação da elite intelectual ainda atuante no início da década de 1930. Com especificidades, mas seguindo as instituições iluministas, coube aos membros do IHGB escolher os recortes que representariam o passado nacional do

DOSSIE “HISTÓRIA A CONTRAPELO

Brasil. Apesar de ter permitido a entrada de mulheres como membro somente no ano de 1965 (SILVA, 2018), desataca-se o fato de que intelectuais já ocuparam seus espaços e tiveram suas vozes ecoando dentro do IHGB, no programa conhecido como “*Tardes no Instituto*”, em 1928.

A historiadora Gabriela Correa da Silva (2018), analisou as questões de gênero que estavam presentes na instituição. Segundo ela, as conferencistas deste programa, ocuparam espaços centrais no IHGB, se posicionando nos debates, e além de contribuírem para a emancipação feminina, contribuíram também para a “história da escrita da história”. Sobre Maria Eugênia e Anna Amélia ela nos revelou:

Lembremos que pelo menos duas das conferencistas foram ativistas pelo direito das mulheres à participação política (Maria Eugênia e Anna Amélia). Pode-se super inclusive que ao expor sua erudição no IHGB, elas estivessem buscando evidenciar sua capacidade para o voto. (SILVA, 2018, p.69)

Sobre o Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP - 1931), podemos incidir que seguiu os *modus operandi* do IHGB, sendo assim, mais um exemplo de instituição histórica excludente, de dominação e poder. Porém, destaca-se o fato de já incluir entre seus membros, mulheres associadas desde a sua fundação, em 1931. O IHOP era formado por nomes de intelectuais da época, em geral, homens brancos, letrados, conservadores, políticos e representantes da elite no cenário local e nacional. Muitos deles ocupavam posições em diferentes instituições como no próprio IHGB, no IHGB-MG, associações, conselhos e federações.

Ainda em análise, mas entre seus membros fundadores e sócios, estavam o advogado Vicente Racioppi, o prefeito de Ouro Preto João Veloso (1931 a 1936), o historiador Salomão de Vasconcelos, o integralista Gustavo Barroso, o político Wanderley Pinho, o historiador Lucio José dos Santos, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos, o poeta Brito Machado, o secretário da Educação de Minas Gerais Noraldino Lima, o jornalista e historiador José Paulo Pires Brandão e o tenente Gastão Penalva. Além destes nomes, o instituto tinha como patrono o mestre Aleijadinho e, como figura benemerita, o presidente da República: Getúlio Vargas⁶.

Ao examinar a presença e a rede de sociabilidade destes homens, através de um olhar feminista, encontramos no Jornal do Brasil⁷ em meio a um emaranhado de nomes masculinos, dois únicos nomes femininos. Lá estavam elas, Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz. Duas mulheres intelectuais, reconhecidas como “grandes poetisas”, mulheres ativas,

⁶ Getúlio Vargas cedeu a antiga Casa de Gonzaga para ser a sede do Instituto Histórico de Ouro Preto em 1931 e ali esteve presente em diversos momentos cívicos da cidade.

⁷ Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Período 1930-1939. Pasta: Racioppi. 193.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

sufragistas, integrantes do movimento feminista da década de 1920, fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presentes no IHGB e, ainda, sócias do Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP).

Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz

Colocando as duas associadas mulheres do IHOP no centro do debate, apresentamos brevemente as suas trajetórias. Para tanto, nos apoiamos em estudos historiográficos das historiadoras: Carla Bispo de Azevedo (2015), Gabriela Correa da Silva (2018) e Isabela Bracalente Infanger (2021). Como fontes, utilizamos seus acervos pessoais que estão disponíveis para consulta pública: na Biblioteca Nacional Digital (este de Maria Eugênia Celso); e no acervo digital da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC (de Anna Amélia de Queiroz). Vale aqui destacar que os acervos e estudos publicados foram disponibilizados em plataformas digitais recentemente, entre os anos de 2010 e 2022, e constituem fontes inexauríveis para pesquisas. Esperamos contribuir com esse debate!

A intelectual Maria Eugênia Celso (1886-1963) foi reconhecida pelos seus contemporâneos como poeta, jornalista, pesquisadora, conferencista, declamadora e escritora. Podemos dizer que é notável a sua atuação em diferentes movimentos culturais e sociais ao longo do século XX. Foi ativista política, participou da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e, em 1930, ao lado da intelectual Bertha Lutz, assumiu a vice-presidência dessa Federação.

É importante destacar que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma entidade civil organizada por um grupo de mulheres no ano de 1922 para juntas lutarem pelas causas políticas, educacionais e sociais das mulheres. Participaram de sua fundação reconhecidas intelectuais da época, tais como: Bertha Lutz, Diva Nolf, Nazario, Marroquinha Jacobina Rabello, Maria Junqueira Schmitd, assim como Maria Eugênia Celso, a Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

De acordo com a historiadora Carla Bispo Azevedo (2015), o grupo da Federação era composto por mulheres “de classe média, de elevada escolaridade e conhecedoras dos rumos dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos” (AZEVEDO, 2015, p.29). Organizadas, lutaram pela emancipação das mulheres e tinham entre os seus objetivos:

(...) proteger as mães e infância; obter garantia legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas das mulheres e orientá-las na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO

alcance público. (Revista da Semana (RJ) 1930-1939 – Ano 1932, Edição 00029.)

No final da década de 1920, a Federação tinha notoriedade nacional e contava com associações, mantendo núcleos em diversos estados brasileiros. Observa-se que Maria Eugênia Celso participou ativamente da FBPF e coube a ela ser a representante oficial do governo brasileiro no II Congresso Internacional Feminista, ocorrido em 1931 na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Azevedo (2015), do documento final construído pela intelectual foi conquistado o direito do voto feminino no Brasil (1932).

Maria Eugênia Celso pode ser considerada uma intelectual, na medida em que pertencia a uma família de certo prestígio político e poder econômico e cultural, o que possibilitou sua participação em espaços com notoriedade social à época, como o Instituto Histórico e Geográfico, Academia Petropolitana de Letras de São João Del Rey, bem como lhe proporcionou a convivência com uma elite intelectual (AZEVEDO, 2015, p.147).

Maria Eugênia Celso também fazia parte da Associação Brasileira de Imprensa e ocupou lugar de destaque escrevendo e publicando para periódicos e jornais cariocas tais como: *Revista da Semana*, *Revista Fon Fon*, *O Paiz* e *Jornal do Brasil*. No *Jornal do Brasil*, a intelectual mantinha uma coluna diária chamada *Feminina*, e os assuntos dedicados versavam “sobre as atualidades e sobre a Federação Brasileira do Progresso Feminino” (AZEVEDO, 2015, p.28).

Na coluna *Feminina* publicada no dia 16 de outubro de 1929, Maria Eugênia narrou o torneio recém ocorrido de oratória, promovido pela Associação dos Advogados. A autora chama atenção para a nota, ou melhor, pela ausência dela na imprensa da época, sobre o simples, mas tão significativo fato de entre os competidores homens ter tido uma única mulher que não levou o prêmio, mas que ficou em segundo lugar. Assim ela escreveu:

Esta natural aceitação de um fato que, não há muitos anos atrás, teria se afigurado a todos como verdadeiramente atentatório contra os costumes então estabelecidos, bem claramente comprova o terreno ganho “sans en avoir l’air” em nosso meio, pelo feminismo vitorioso. A mulher, deixando a pouco e pouco de ser considerada apenas objeto de luxo ou mero aparelho de reprodução, já se começa a emancipar da tutela intelectual em que até então era mantida, equiparando-se dia a dia mais ao homem, pela cultura e pelo talento. (*Jornal do Brasil*, 1929, p.16)

Maria Eugênia Celso também se dedicou a área assistencialista, sendo reconhecida como uma das fundadoras da Maternidade Pró-Matre⁸. Na rádio apresentou programas nas emissoras *Nacional*, *Sociedade* e *Jornal do Brasil*, sendo neste último locutora do programa

⁸ CINACCHI, Giovanna Costa. A maternidade Pró-Matre: filantropia, assistência e direitos da mulher na Primeira República. 2017. p.07.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

Quartos de Hora Literária. Além de trabalhar ativamente na imprensa da época, mantinha um cargo no Ministério da Educação e Cultura e publicou diversos livros sobre educação infantil e poesia.

De acordo a historiadora Azevedo, Maria Eugênia ao escrever para a *Revista da Semana*, onde publicava na coluna chamada *Página de Eva*, a escritora se apresentava “com pseudônimo de Baby-Flirt ou B.F” (AZEVEDO, 2015, p.48). Segundo a historiadora, possivelmente ela se mantinha em segredo por ser filha do Conde Afonso Celso. Ou, talvez, pelo fato de ser mulher.

A intelectual era “de família”. Filha da Condessa Eugenia da Costa Celso e do diretor perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, o Conde Afonso Celso. Por sua vez, era nesta de Visconde de Ouro Preto. Já sua avó paterna, Francisca de Paula Martins de Toledo, era filha do Coronel da Guarda Nacional Joaquim Floriano de Toledo e de Ana Margarida da Graça Martins. Todos esses nomes participaram da construção do Estado Nacional brasileiro (na política desde os tempos do império!) e tornaram-se personagens importantes na História.

Em 1930, a Revista do IHGB como acima já foi mencionado, publicou no Tomo 107 – Volume 161, os discursos proferidos pelas conferencistas no programa *Tardes no Instituto*, de 1928. Destaca-se o fato de que ficou a cargo de Maria Eugenia Celso abrir o ciclo do evento, no dia 30 de maio de 1928. E por um acaso, ou não, a última conferencista encerrando o programa foi Anna Amélia de Queiroz. À grosso modo, uma buscou enfatizar as mulheres da história, a outra buscou as mulheres no presente.

Maria Eugênia Celso, no início do seu discurso intitulado *O espírito e o heroísmo da mulher brasileira*, se posiciona sobre o porquê de ter sido ela a conferencista escolhida para a abertura. Ela aponta para seu lugar privilegiado, por ela ter frequentado as dependências do Instituto desde criança e por permanecer sempre às suas margens.

(...) que outra mais autorizada voz feminina, que não a minha, devia ter sido a primeira a se fazer ouvir neste recinto.

(...) Se algo pode justificar essa escolha, reside no fato de terem sido passados, por assim dizer, à sombra do Instituto Histórico, a minha adolescência e mocidade. (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p. 11)

No decorrer da conferência ela segue relatando a história de várias mulheres ainda marginalizadas pela História, tais como Anita Garibaldi, Clara Camarão, Damiana da Cunha, Rosa de Siqueira, Maria Ursula de Abreu Lencastre, Bárbara Heliadora, Maria Quitéria de Jesus, Joana Angélica, D. Anna Nery, dentre outras. Defendendo seus papéis memoráveis em todos os momentos revolucionários da História brasileira.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO

Dos tempos coloniais, ela destacou os nomes de Benta Pereira, a Campista (1779); de d. Anna Lins; D. Anna Triste (1817); d. Anna Araripe (1824), e d. Josepha Carneiro de Mendonça, “na vila do Araxá, por ocasião da insurreição de 1842, na província de Minas” (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p.18). Além de se dedicar a defender a imagem da Princesa Isabel, que Maria Eugênia Celso chama de “a redentora”, pois para ela, Princesa Isabel ocuparia “o lugar máximo da história do heroísmo feminino brasileiro, por ter libertado uma raça, acima dos seus interesses e filhos”, julgando esse grande feito ter “a sublime loucura de uma mulher” (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p.24).

Em 1933, Maria Eugênia Celso ocupou novamente um papel central no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Ela foi a representante oficial para acompanhar um “grupo numeroso” à Ouro Preto. Era uma comitiva, que dentre outros nomes, contava com a presença de Pedro Calmon, representando a Associação dos Advogados e de Gustavo Barroso, representando o Museu Histórico Nacional.

Em sua coluna, *Feminina*, datada de 2 de agosto de 1933, ela escreveu sobre a viagem e destacou os nomes dos membros que foram escolhidos pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, para acompanhar o general Protógenes Guimarães, então Ministro da Marinha à cidade de Ouro Preto. Nesses dias passados em Ouro Preto como representante oficial do IHGB, Maria Eugênia visitou o Instituto Histórico de Ouro Preto, deixando registrado suas impressões do espaço: “Uma curta visita ao Instituto Histórico, na casa em que morou Gonzaga, ainda mais sugestivamente nos remergulha nos dias do passado, ali tão próximo e cotidiano sempre de todos e de tudo” (Jornal do Brasil, 1933, ed.00175). No dia seguinte, em sua coluna, refletiu sobre o mineral que deu origem ao nome da cidade de Ouro Preto e relatou ter encontrado ouro em pó nas “montras do Instituto Histórico e na Escola de Minas novamente pô-lo mostram na rude ganga do mineral” (Jornal do Brasil, 1933, ed.00175).

Outro fato significativo que envolve Maria Eugênia Celso ao IHOP ocorreu anos depois, em 1936. Em comemoração ao centenário de nascimento de Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, seu avô paterno, o IHOP publicou o livro “Primeiro Centenário do Visconde de Ouro Preto (1836-1936)”. Além do livro, várias solenidades cívicas foram construídas tais como: inauguração de uma placa de bronze na casa onde ele nasceu, na rua Direita, e cunhagem de medalhas. Nesta ocasião, os discursos foram proferidos por Lúcio José dos Santos, Brito Machado e Gustavo Barroso, também membros do IHOP. Provavelmente, Maria Eugênia Celso também ali se encontrava.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO”

Contudo, pode-se destacar que a posição social e hereditária, seu capital cultural e social, foi importante, mas em consonância à sua produção intelectual e a sua atuação no campo político. Há inúmeras publicações de sua autoria tais como livros, artigos, conferências, críticas literárias e teatrais, colunas, além das poesias. Desta forma, pela sua atuação intelectual, seu ativismo político e sua produção literária, Maria Eugênia Celso conseguiu ser reconhecida e ter sua voz ouvida pelos seus contemporâneos, integrando federações, institutos e associações.

Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (1896 - 1971) também foi uma intelectual de destaque da década de 1930 no Rio de Janeiro. Poetisa, tradutora e feminista, atuou ativamente na imprensa e no meio sociocultural na primeira metade do século XX. Integrou o suplemento feminino do *Diário de Notícias* e escreveu para diversos jornais no Rio de Janeiro, tais como: *O Globo*, *O Jornal*, *A Noite* e na *Revista O Cruzeiro*.

A intelectual, assim como Maria Eugênia Celso, ocupou o cargo de vice-presidente da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino. Também foi presidente da Associação Brasileira de Educação; fundadora da Casa do Estudante do Brasil (1929); secretária do Hospital Pró-Matre (fundado por Maria Eugênia Celso); membro da Associação Brasileira de Imprensa (como Maria Eugenia Celso); e sócia efetiva do Instituto Brasileiro de Cultura.

Vale aqui mencionar que Anna Amélia também foi indicada por Darcy Vargas para fazer parte do Conselho Consultivo da Legião Brasileira de Assistência, em 1942, e da Associação Cristã Feminina. Ainda com fôlego, integrou a Associação dos Artistas Brasileiros e em 1938 a Associação de Escritores e Artistas Americanos.

Pelas dezenas de fontes documentais publicadas pela FGV-CPDOC do seu arquivo pessoal é possível afirmar que durante as décadas de 1920 a 1950, Anna Amélia de Queiroz transitava entre diferentes campos, se destacando no meio da elite carioca. Há diversos recortes com convites para festas, cardápios, programações, participação de conferências, recitais de poesia e peças teatrais, além de festas beneméritas que ela mesma promovia.

Desatacamos a chamada “Festa de Arte” que foi diversas vezes organizada em benefício do Pró-Matre. Anna Amélia de Queiroz, nestas ocasiões, angariava fundos para a instituição, da qual Maria Eugenia Celso também foi uma das fundadoras. De acordo “Há, pois, uma articulação do movimento feminista do início do século XX a organizações

DOSSIE “HISTÓRIA A CONTRAPELO

filantrópicas, o que fica muito claro no caso da Pró-Matre, a qual estava manifestamente vinculada à referida federação feminista” (CINACCHI, 2017, p.09).

Anna Amélia de Queiroz também teve destaque na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ela participou e ocupou o cargo de vice-presidente, integrando eventos nacionais e internacionais ao lado de Bertha Lutz e Rosalina Coelho Lisboa. Representou oficialmente o Brasil, em 1935, no XII Congresso Internacional de Mulheres em Istambul. Em 1942, foi escolhida como representante do Brasil na Comissão Internacional de Mulheres, com sede na União Pan-Americana em Washington.

Destaca-se também o fato de Anna Amélia de Queiroz, assim como Maria Eugenia Celso, atuar em diversas e diferentes frentes. Ela foi uma mulher ativa no seu tempo promovendo desde festas à Cruz Vermelha, à luta pelo progresso feminino, à poesias de futebol, dedicando-se também a versar sobre o esporte. Na literatura, a intelectual escreveu os livros: *Esperanças* (1911), *Alma* (1922), *Ansiedade* (1926) e *Quatro pedaços do planeta no tempo do Zeppelin* (1976). Além de tudo, foi também tradutora e trouxe para o português as obras de William Shakespeare.

Com toda sua atuação no meio social, buscou por meio da educação, das artes e da cultura transformar padrões de seu tempo. Nesta perspectiva, ela realizava conferências e recebia inúmeros convites. À guisa de conhecimento, conta na sua ampla e numerosa documentação: convites para integrar um ciclo de conferência para um grupo de museólogos e professores portugueses (AACM 1926.10.13. p.184); discursos sobre a arte portuguesa no Brasil (AACM 1926.10.13. p.92); mulher e poesia em Portugal, tema de uma conferência realizada no Liceu Literário Português, em 10 de setembro de 1940; dentre tantas outras. Por meio da arte, Anna Amélia colaborou com as coleções do Museu de Arte de Belo Horizonte (AACM 1926.10.13. p.108), com o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (AACM 1926.10.13. p.99) e na campanha Salvemos Ouro Preto (1949-1950).

Como já foi mencionado, o seu discurso encerrou o programa *Tardes no Instituto*, em 28 de setembro de 1928. Na apresentação de sua conferência, o pai de Maria Eugenia Celso e diretor perpétuo do IHGB, apresentou Anna Amélia: “Lauream-lhe a frente vários estemas, quais os da cultura, o da poesia, o da arte de dizer, o da beneficência e de altas virtudes domésticas. É um vulto social de rara distinção que, pelo coração e pela inteligência honra o seu sexo e o seu país” (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p.77).

Em seu discurso intitulado *Prosadoras e Poetisas Brasileiras*, ela buscou salientar o contexto da época, reafirmando suas particularidades, dedicando-se a endossar às vozes de

DOSSIE "HISTÓRIA A CONTRAPELO"

mulheres que foram suas contemporâneas. Não por acaso, Anna Amélia iniciou seu discurso destacando o nome de Maria Eugênia Celso.

Maria Eugenia Celso surgiu nas letras com os arroubos de sua mocidade apaixonada, com versos inspirados, que despertaram desde logo, a atenção dos entendidos. Sob o véu misterioso de um pseudônimo, publicou aqui e ali os seus primeiros trabalhos e estreando na prosa, começou a servir-se com elegância do florete da ironia, mostrando, imediatamente, sua franca inclinação para o jornalismo e para a crítica (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p.78).

Sobre Maria Eugênia Celso, também escreveu sobre a perda de seu filho e como isso impactou na sua vida, principalmente na produção de seus trabalhos. Mas, sobretudo, Anna Amélia enfatizou suas produções na literatura, em peças teatrais e como conferencista:

(...) baldado seria fazer-vos o elogio de Maria Eugenia: sois todos, certamente, como o é toda sociedade culta do Rio seus ouvintes encantados. A finura, a ironia, o trocadilho, o a propôs, a maleabilidade do espírito, todos os predicados, enfim, que prendem e elevam as plateias, reuniram-se para fazer dessa nobre artista e palestradora mais interessante que se possa imaginar (RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161, p.80).

Diferente de Maria Eugênia de Celso, que deixou registradas suas idas ao Instituto Histórico de Ouro Preto – IHOP na sua coluna *Feminina*, Anna Amélia preservou em seu acervo pessoal o estatuto, o termo de fundação do Instituto; uma carta comunicando sua integração como sócia e um convite para participar de uma sessão solene. Vale aqui destacar que, em um dos documentos, ela escreve a lápis suas impressões sobre o IHOP e seu diretor Vicente Racioppi.

Por ora, pode-se inferir que esses documentos, em consonância com suas trajetórias, atestam, ao menos, o prestígio, as ações e o reconhecimento da intelectualidade feminina em instituições historicamente dominadas pelo universo masculino nas primeiras décadas do século XX. Discursando, escrevendo e publicando, Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz foram reconhecidas pelos seus contemporâneos e se movimentaram para transformar as estruturas sociais vigentes.

As duas foram intelectuais, ativistas políticas e vivenciaram eventos importantes da nossa História. Por ora, podemos afirmar que atuaram juntas na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na Maternidade Pró-Matre, na Imprensa, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico de Ouro Preto. Em um ambiente predominantemente excludente e masculino, Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz, circularam por diversos campos ainda em construção no Brasil, formando uma espécie de rede de sociabilidade feminista.

DOSSIÊ “HISTÓRIA A CONTRAPELO”

Considerações finais:

Buscamos, neste artigo, analisar o fato de que historicamente o epistemicídio não apenas apagou e silenciou as mulheres, mas também desqualificou, minimizou, marginalizou ou quando aceitou sua presença, o fez de forma limitada. Seguindo por esta perspectiva, investigamos as trajetórias de duas mulheres intelectuais, Maria Eugênia Celso e Anna Amélia de Queiroz que foram associadas do Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP), no ano de 1931. Analisando suas ações, conclui-se que agiram de acordo com as políticas do período, aproveitaram seus espaços privilegiados para assumirem posições feministas. Em conjunto a outros nomes reconhecidos, elas formaram uma rede de sociabilidade feminista e tiveram suas vozes ouvidas e, como agora, ecoadas.

Documentação:

RIHGB, 1930, Tomo 107, volume 161. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107854-revista-ihgb-tomo-107-vol-161.html>

FGV – CPDOC. Arquivo Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça. Descrição: Participação e colaboração em associações e institutos. AACM 1926.10.13. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Período 1930-1939. Pasta: Racioppi. 193. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>

Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Ocorrências em Jornais/Revistas (1930-1939): 'Maria Eugenia Celso': 4.138. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Carla Bispo de. Maria Eugenia Celso: entre o impresso feminino, a casa e o espaço público (1920-1941). Rio de Janeiro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Do Epistemicídio. In A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. (Tese de doutorado em Educação). p. 96- 124.

CINACCHI, Giovanna Costa. A maternidade Pró-Matre: filantropia, assistência e direitos da mulher na Primeira República. 2017.

COELHO, Nelly Novaes. Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001). São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p.425.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? Falando no centro. Descolonizando o conhecimento. In. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PERROT, Michele. Os excluídos: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Deise Bottmann. 6ª. Reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História, v.09n n.18, p.9-18; 1989.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

DOSSIE “HISTÓRIA A CONTRAPELO

SILVA, Gabriela Correa da. As mulheres conferencistas nas Tardes no Instituto: Gênero e História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Revista da Associação Nacional de História. Fortaleza, vol.IX, nº17 – janeiro a junho, 2018.

WOOLF, Virgínia. Um teto todo seu. Trad. De Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. Ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.